

CONSULTA POPULAR

PLEBISCITO CONFIRMA A IMPORTÂNCIA DAS EMPRESAS PÚBLICAS PARA O POVO MINEIRO

O importante e essencial trabalho que as empresas públicas, como Copasa e Cemig, desempenham em Minas Gerais foi confirmado e valorizado mais uma vez pela grande maioria da população, conforme evidenciado pela consulta popular realizada em todo o Estado por movimentos populares e sindicais. O resultado do Plebiscito Popular em Defesa das Estatais apontou que 95% dos mineiros são contra a privatização das estatais, que devem continuar públicas.



Além de Copasa e Cemig, a população é contrária à venda de Gasmig, Codemge e Codemig, outras estatais mineiras. O plebiscito, realizado entre os dias 19 de abril e 11 de maio, contou com a participação de mais de 300 mil pessoas, em 120 municípios de todas as regiões de Minas.

A consulta à população foi organizada por cerca de 500 movimentos populares e sindicais para se contrapor ao plano obsessivo do governador Romeu Zema de entregar as empresas públicas ao capital privado e a sua tentativa de acabar com o direito do povo mineiro de opinar sobre uma eventual venda das estatais. No ano passado, o governo Zema enviou à Assembleia Legislativa uma proposta de emenda à Constituição do Estado, que ficou conhecida como PEC do Cala à Boca, com o objetivo de acabar com a exigência de referendo popular para a venda das empresas estatais mineiras de serviços essenciais e estratégicos.

O povo mineiro também disse não à absurda intenção do governador de calar a sua voz. O plebiscito popular registrou que 98% das pessoas são contra a PEC do Cala a Boca e favoráveis à manutenção do instrumento de consulta à população na Constituição Estadual, com a realização do referendo para definir sobre o futuro das estatais.

O presidente do SINDÁGUA, Eduardo Pereira, afirma que o resultado do plebiscito fortalece ainda mais a luta em defesa das empresas públicas mineiras e comprova que o plano de privatização de Zema é absurdo e inconsequente. “São empresas essenciais e estratégicas, em termos sociais e econômicos, como é o caso do saneamento e do setor de energia, e devem continuar públicas. A Copasa, por exemplo, presta um serviço essencial para a população e não pode ser entregue à iniciativa privada, que privilegia a distribuição do lucro aos acionistas e não o investimento na melhoria dos serviços.”

Acompanhe mais informações em nosso site www.sindagua.com.br ou pelas redes sociais:



Disponível no Google Play

